

NÚMEROS

Mauro Santayana

A mentira do governo sobre o desempenho da economia nacional encontrou o seu limite nos números divulgados pela revista *The Economist* e confirmados pelo Banco Central. Eles são em tais dimensões negativos que acabaram escapando da manipulação contábil da equipe econômica, e estão aí, mostrando as penúltimas intimidades do governo.

A submissão do país ao sistema financeiro internacional foi decisiva para que o processo de globalização se acelerasse. Se o Brasil, com seu peso político, houvesse reagido contra o projeto de domínio universal, elaborado para o benefício dos Estados Unidos e dos grandes banqueiros, teria sido possível a construção de uma frente de nações emergentes, que assegurasse o desenvolvimento e preservasse seus recursos. O presidente — responsável por todos os atos de governo, ainda que se esquive, freqüentemente, dessa responsabilidade — pode ter caído na famosa ilusão de classe, atribuída aos social-democratas. Como seu antecessor (e modelo ideológico) Fernando Collor, o chefe do governo, na melhor das hipóteses, achou que, embarcando na empreitada neoliberal, tornaria o Brasil subempreiteiro do novo colonialismo e o transferiria da história e do hemisfério para o mundo nórdico e protestante. Com isso, ele não só cometeu erro irreparável no que se refere à economia do país, como facilitou a evolução do quadro universal de insanidade.

O Acordo Mundial de Investimentos, proposto pelos Estados Unidos, mostra como os interesses de um grupo de banqueiros — e não do povo norte-americano — tentam destruir o conceito de Estado e soberania, construído ao longo de milênios de história. Todo o pensamento político do Ocidente, que estabelece, nos Estados constituídos, a summa potestas, é submetido ao direito dos predadores. O acordo pretendido e denunciado, entre outros, pelo ex-ministro da Cultura da França, Jack Lang, transforma os governos nacionais em novos quislings, meros delegados do poder financeiro central. Ora, os Estados nasceram para proteger as comunidades, diferenciadas umas das outras pela sua cultura, ou seja, por sua identidade.

A summa potestas dos Estados políticos vem, é certo, sendo violada pela guerra de conquista, ao longo dos séculos. A guerra de conquista, com todos os seus horrores, implica riscos aos que tomam a iniciativa de deflagrá-la. O processo a que está sendo submetido o mundo é mais cruel, em sua dissimulação. Pretendem os países



ricos "limpar" o planeta dos indesejáveis e descartáveis (com a mesma lógica que os grileiros usam para expulsar os posseiros da terra), a fim de usufruir de todas as suas riquezas. Os documentos conhecidos e os depoimentos indescritíveis não deixam dúvida disso. Iniciativas aparentemente desconexas fazem parte de um mesmo projeto: a contenção da natalidade dos países pobres, a manipulação genética para a construção de super-homens, a Lei de Patentes e, agora, o Acordo Mundial de Investimentos. Enfim, o processo de concentração da riqueza e de poder, com a transferência incontrolada de capitais líquidos dos países periféricos.

O acordo desconhece qualquer soberania aos Estados, transferindo-a às empresas multinacionais. Nenhum país terá o direito de exercer a sua autonomia constitucional. As leis deverão adaptar-se à plena garantia dos investimentos e à plena liberdade dos lucros e dos juros. O presidente da República sabia, porque é homem inteligente e erudito, que, quando se cede facilmente, há sempre que ceder mais, e é o que está ocorrendo agora.

Se não houvesse capitulado de antemão, o governo poderia ter dito a verdade ao povo, a fim de mobilizar a nação para a resistência. Em lugar disso, preferiu seguir a cartilha de Washington, mantendo

os preços estáveis mediante o artifício do endividamento crescente. Assim foram constituídas e mantidas altas reservas cambiais, alugadas a juros positivos, jamais conhecidos na história. Se o presidente da República tivesse usado todos os recursos disponíveis, mesmo com déficit administrável, para estimular a produção nacional e o emprego, teríamos ampliado o mercado interno e preparado o país para o processo de globalização, se é que ele é realmente inevitável. O quinto país do mundo em extensão territorial e um dos dez economicamente mais fortes não tem o direito de comportar-se como um sobanato africano. Mas o presidente assumiu o cargo já pensando em transformar o palácio em palanque para a reeleição. Mediante uma campanha de propaganda que o Brasil jamais conheceu, e a cooptação de "formadores de opinião", o governo se empenhou em vender a imagem de que tudo estava bem, que os trabalhadores estavam comendo melhor (o que é meia verdade, porque só comem os empregados), mas nem por isso a riqueza estava sendo mais bem dividida. Ao contrário disso, nunca os ricos ficaram tão mais ricos e nunca viveram melhor: basta examinar as importações no período para perceber que não só comprávamos iates e automóveis de luxo, junto ao

caviar e vinhos de dois mil dólares a garrafa, como destruímos a agricultura e a indústria nacional de alimentos, com a aquisição de leite, manteiga, rações para gatos e cachorros e verduras da Europa, de trigo e algodão dos Estados Unidos, de sapatos da China e patos congelados da Dinamarca. Enquanto isso, os agricultores entregavam suas terras aos bancos e os industriais fechavam as suas fábricas, jogando na miséria milhões de trabalhadores.

O déficit primário de R\$ 6 bilhões (sem contar os juros), supera os R\$ 4,2 bilhões obtidos com a venda das estatais, entre elas a Vale do Rio Doce, entregue a um aventureiro por menos do que foi vendida, no Rio Grande do Sul, uma simples distribuidora de energia elétrica.

Outro argumento do governo para desfazer-se do patrimônio nacional é o de que temos que "fazer caixa", a fim de diminuir a dívida mobiliária federal e cumprir os compromissos de curto prazo junto aos banqueiros internacionais. Ora, no exercício de 97 a dívida aumentou em R\$ 100 bilhões. Se dividirmos R\$ 100 bilhões por doze meses, chegamos a esta conclusão: nem vendendo uma Vale do Rio Doce a cada quinze dias, seríamos capazes de manter estável a dívida do Tesouro. Mantê-la estável, e não dela abater qualquer coisa. A essa dívida suplementar, de R\$ 100 bilhões, junto aos credores internos, temos a acrescentar a dívida de curto prazo, junto aos banqueiros do exterior, de US\$ 60 bilhões.

Todos os limites da ética de Estado foram rompidos pela equipe econômica, no afã de manter no ar o balão do real. Revela-se agora que, além de permitir a remessa de lucros (só ela responsável pela sangria de US\$ 6,608 bilhões no ano passado), o governo isentou tais remessas do imposto de 15% que era anteriormente cobrado. Mais ainda: permitiu a apropriação de juros "sobre o capital próprio". Com isso, mesmo as empresas deficitárias podem distribuir dividendos aos seus acionistas. A lógica do mercado é rompida de forma absurda e contraria a natureza das sociedades anônimas, nas quais o investidor coloca dinheiro para receber sua parcela de lucros, e não juros que ele mesmo pagará, ao reduzir-se o seu patrimônio. Só na remessa de "juros sobre capital próprio" foram queimados, o ano que passou, US\$ 1,5 bilhão.

E é para fazer completar tão meritória obra que insistem, como o jogador desvairado no cassino, em mais quatro anos de governo.